

### O lugar da ética na normalização dos trabalhos acadêmicos: uma análise dos discentes concluintes de cursos técnicos integrados

*The role of standardization and ethics in the preparation of academic works: an analysis of graduating students from integrated technical courses*

**Recebido:** 11/08/2024 | **Revisado:** 14/09/2024 | **Aceito:** 14/09/2024 | **Publicado:** 11/12/2024

**Maria de Lourdes Cardoso**

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-0083-6047>

Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
E-mail: maria.lourdes@ifsudestemg.edu.br

**Rodrigo Alves dos Santos**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3456-5803>

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais  
E-mail: rodrigo.alves@cefetmg.edu.br

**Como citar:** CARDOSO, M. L.; SANTOS, R.

A. O lugar da ética na normalização dos trabalhos acadêmicos: uma análise dos discentes concluintes de cursos técnicos integrados. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S.l.], v. 2, n. 24, p. 1-15, e17404, dez. 2024. ISSN 2447-1801.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

#### Resumo

Artigo elaborado a partir de pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), cujo objetivo foi identificar o nível de conhecimento e/ou aplicabilidade que concluintes dos cursos técnicos nível médio na modalidade integrada tinham sobre as Normas Brasileiras (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e teve como sujeitos da pesquisa discentes concluintes do ensino médio integrado dos cursos técnicos em Informática e Produção de Moda do CEFET-MG, *campus* Divinópolis. Os resultados evidenciaram que é possível o uso e a aplicabilidade das Normas como sendo caminho para a ética e a responsabilidade na produção e publicação dos trabalhos acadêmicos produzidos durante ou ao final do curso.

**Palavras-chave:** Normalização; Ética; Trabalhos acadêmicos; ABNT; Cursos técnicos integrados.

#### Abstract

Article developed from research conducted within the Professional Master's Program in Professional and Technological Education (PROFEPT), with the objective of identifying the level of knowledge and/or applicability that graduating students from high school technical courses in the integrated modality had regarding the Brazilian Technical Standards (NBR) of the Brazilian Association of Technical Standards (ABNT) and new graduating students from integrated high school technical courses in Informatics and Fashion Production at CEFET-MG Divinópolis. The results showed that the use and application of these standards can serve as a pathway to ethical and responsible production and publication of academic work throughout the course or upon its completion.

**Keywords:** Standardization; Ethics; Academic work; ABNT; Integrated technical courses.

## 1 APRESENTAÇÃO

As escolas de nível médio que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica criada oficialmente pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, têm por tradição ancorar a formação dos jovens nelas matriculados em ações de ensino, pesquisa e extensão. Sendo uma prerrogativa inerente ao ensino superior das instituições públicas do país, isso também ocorre, nas escolas dessa Rede, nos cursos de nível médio profissionalizantes por elas ofertados. No que se refere à pesquisa, a resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 1, de 5 de janeiro de 2021, que atualizou as bases da regulação da Educação Profissional Técnica (EPT) no país, reitera, entre os princípios norteadores dessa modalidade de ensino,

estímulo à adoção da **pesquisa como princípio pedagógico** presente em um processo formativo voltado para um mundo permanentemente em transformação, integrando saberes cognitivos e socioemocionais, **tanto para a produção do conhecimento**, da cultura e da tecnologia, **quanto para o desenvolvimento do trabalho e da intervenção** que promova impacto social (Brasil, 2021, p.02, grifos nossos).

Algo pouco tratado pelos estudiosos do assunto, é a importância da normalização e da aplicação de qualidade da normalização para o trabalho acadêmico para configuração de práticas éticas de pesquisa, sobretudo no que concerne ao recente debate acerca da preservação da autoria nos processos de comunicação científica.

Tendo esse cenário em consideração, o presente trabalho vem apresentar e refletir sobre parte dos dados que geraram uma dissertação de mestrado defendida no ano de 2023 no Programa de Pós-graduação Profissionalizante em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT. O objetivo geral do estudo foi identificar o nível de conhecimento e/ou de domínio de aplicabilidade que concluintes dos cursos técnicos nível médio na modalidade integrada tinham sobre as Normas Brasileiras (NBR) da ABNT para elaboração de trabalhos acadêmicos. Para tanto, foram selecionados, como sujeitos da pesquisa, discentes concluintes do Ensino Médio Integrado (EMI), nos cursos Técnicos em Informática e Produção de Moda do CEFET-MG Divinópolis, aos quais foi aplicado um questionário *on-line* como instrumento de coleta de dados.

A parte desses resultados que motivou a escrita deste artigo constitui, como se verá, de dados que estimulam reflexões com potencial de contribuir para dar início a um debate necessário acerca da ética em pesquisa no âmbito do ensino médio, superando, portanto, o costumeiro entendimento de que se trata de um assunto que deva ser iniciado apenas a partir dos primeiros anos do ensino superior.

Dessa forma, o presente artigo aborda, os resultados da pesquisa a partir da percepção dos discentes investigados sobre a importância das NBR da ABNT para os trabalhos acadêmicos, com dados que estimulam reflexões com potencial de contribuir para dar início a um debate necessário acerca da ética em pesquisa no

âmbito do ensino médio, superando, portanto, o costumeiro entendimento de que se trata de um assunto que deva ser iniciado apenas a partir dos primeiros anos do ensino superior.

## 2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E O LUGAR DA ÉTICA NA NORMALIZAÇÃO DOS TRABALHOS ACADÊMICOS

Sendo o órgão responsável pela elaboração das Normas Técnicas Brasileira (NBR), a ABNT é subdividida em vários Comitês Brasileiros (CB) que, por sua vez, tratam especificamente de cada assunto regulado pela entidade, tais como produção, construção, serviço e consumo para a população em geral. Assim sendo, a normalização vem ao encontro dos princípios norteadores criados para definir padrões e sistematizar os meios de produção, consumo e geração de bens tangíveis e intangíveis, funcionando como instrumento criado pela própria sociedade, a partir de suas demandas em constante evolução, para garantir produtos com qualidade, manutenção das atividades produtivas e o bem-estar da população, como bem explicitam Crespo e Rodrigues (2011, p. 52).

Nesse contexto, o Comitê 14 – documentação e informação (CB14) – é o responsável pelas normas, regras de elaboração, apresentação e disseminação da informação nos diversos suportes informacionais. Com isso, a normalização abrange várias áreas do campo científico e acadêmico, sendo possível, por exemplo, que “dentro de um contexto mundial de otimização e compartilhamento de informações via *web*, que haja mecanismos de padronização inerentes à produção científica” (Melo *et al*, 2012, p. 3). Entre suas principais funções, portanto, está a de garantir a aplicação de normas e regras para a apresentação, disseminação e recuperação da informação nos trabalhos acadêmicos, permitindo um trânsito de conteúdos seguros e cientificamente válidos, garantindo, à comunidade acadêmica e à sociedade, o acesso à produção de conhecimento sobre os temas estudados.

É no âmbito desses interesses que o lugar da ética na normalização dos trabalhos acadêmicos, se constitui importante ferramenta para configuração de um cenário alinhado com princípios éticos de produção e disseminação do conhecimento nas instituições de ensino que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Isso porque “a produção e divulgação da ciência se valem de padrões, normas que definem a estrutura de apresentação das informações, garantido a qualidade formal dos documentos” (Crespo; Rodrigues, 2011, p. 38). A isso se soma o traço de credibilidade dado pelo uso proficiente das normas cujo emprego qualificado permite “assegurar a intercambialidade das informações nos canais específicos da divulgação científica” (Sperandio, 2019, p. 70).

Para além desses pontos positivos do emprego de normalizações como as da ABNT para trabalhos acadêmicos, há, ainda, o aspecto de que o seu (re)conhecimento e domínio apresentam considerável potencialidade para evitar aquele que talvez seja um dos principais problemas de ordem ética na produção do conhecimento, hoje, tanto no Brasil quanto fora dele: o plágio. Se, no ensino superior, nota-se que os alunos “ainda têm dificuldades para gerir e usar as informações adquiridas de maneira adequada e aproveitá-las de modo estratégico e

ético” (Alves, 2016, p. 28), o que esperar, então, dos concluintes do ensino médio, etapa da educação em que grande parte das instituições de ensino ainda recorre a atividades de *cópia* como prática pedagógica habitual?

[...] se um aluno, em uma questão de uma atividade para entregar, simplesmente copiar na íntegra um texto da internet para responder um questionário, sem citar a fonte, irá se configurar plágio, pois o aluno se apropriará das palavras de outra pessoa, sem identificar quem escreveu o texto que ela está colocando na resposta para conseguir o benefício de completar a atividade, sendo que era esperado que o aluno respondesse utilizando os próprios conhecimentos (Oliveira *et. al.*, 2023, p.07).

Segundo Oliveira *et al.* (2023, p.07), há a necessidade do esclarecimento sobre o plágio em sala de aula, pois segundo esses autores é real “a questão da falta de orientação adequada para estes alunos quanto ao que deve ser considerado plágio ou como se deve referenciar uma fonte utilizada”. Práticas e ações de superação desse cenário precisam ser incorporadas ao processo formativo dos jovens concluintes da educação básica sobretudo se consideradas algumas especificidades impostas à pesquisa e à produção do conhecimento pela realidade em que vivemos. Realidade esta que nos impõe enfrentar pelo menos duas especificidades desses tempos atuais.

A primeira é que há, hoje, uma demanda latente, no universo acadêmico, pelo combate direto a todas as formas de plágio, uma segunda característica deste momento histórico que é o notável avanço das tecnologias de produção textual baseadas em inteligências artificiais – como ChatGPT, o Bard, o Bing Chat, o CM3Leon, o LLaMa2. Isso torna incontornável a construção de um debate de qualidade e a adoção de posturas acadêmicas sólidas acerca dos limites éticos da pesquisa e da produção do conhecimento (Peres, 2024; Santos, Silva, 2024).

Em tempos como esses em que vivemos nestes meados da terceira década deste século XXI, a importância e o uso proficiente das normalizações da ABNT para trabalhos acadêmicos aparecem como uma ação estratégica da formação escolar dos jovens de hoje, que serão os futuros pesquisadores, profissionais e, portanto, produtores e divulgadores do conhecimento amanhã. Tem-se, portanto, uma oportunidade potencial para o desenvolvimento de competências para levar o alunado à incorporação, em seus modos de existir como cidadãos responsáveis, de padrões éticos em pesquisa, produção e divulgação do conhecimento. Padrões estes que se converterão, por consequência, em formas éticas de elaboração de projetos de pesquisa e de intervenção profissionais, de escrita e de apresentação do conteúdo de trabalhos acadêmicos e não acadêmicos, por meio do emprego de recursos de normalização e procedimentos coerentes e uniformes, potencializando a disseminação do trabalho no meio científico (Crespo, Rodrigues, 2011, p. 39).

Nesse sentido, a instituição da normalização dos trabalhos acadêmicos produzidos nas escolas da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia se ancora na premissa da padronização, disseminação e aplicação de formas de escrita e de referência que visam contribuir para a garantia da veracidade da informação dos trabalhos produzidos e publicados. Como essas instituições atuam em ações de

ensino, pesquisa e extensão, em muitos casos com parcerias em âmbito nacional e internacional, muitas das atividades desenvolvidas requerem diretrizes que ajudam na disseminação e recuperação da informação, corroborando com o que afirmam Santos e Sampaio (2014, p.151), ao declararem que “a atividade de normalização no âmbito acadêmico consiste em organizar e facilitar o acesso ao conteúdo abordado nos trabalhos produzidos nesse ambiente”.

Assim, as normalizações se constituem como orientações e parâmetros por meio dos quais pesquisadores de todas as áreas encontram formas legítimas de fazer operações éticas de reconhecimento da autoria tanto própria quanto alheia, tema que vem ocupando, ainda que de forma inicial, o recente debate acerca dos usos das tecnologias de produção e registro do conhecimento baseadas em Inteligências Artificiais.

Nesse momento histórico em que nos encontramos, portanto, operações como citar, direta ou indiretamente, referenciar, atribuir autoria a textos verbais e não verbais (imagens, gráficos, tabelas e figuras...), ou mesmo reconhecer, de forma adequada, a interlocução com fontes diversas... se tornam, portanto, muito mais que meros artifícios retóricos ou estratégias restritas às aulas de língua materna ou de escrita acadêmica. Trata-se, sim, de índices que demarcam a formação escolar necessária para que alunos-pesquisadores das escolas de EPTNM – ainda que iniciantes, e talvez por isso mesmo – aprendam, incorporem e apliquem condutas éticas essenciais ao ato de pesquisar. Exatamente por isso, tais condutas, assim como suas competências e habilidades demandadas, precisam fazer parte do repertório de práticas pedagógicas dos docentes e todos os agentes escolares responsáveis, quando da formação dos discentes, pela iniciação/apresentação dos modos de construção e divulgação do conhecimento.

Ante esse cenário e respectivas demandas quanto à ética em pesquisa e à formação dos jovens estudantes de EPTNM das escolas da Rede, fez-se oportuno, quando da construção do instrumento de coleta de dados da pesquisa de mestrado a que já no referimos, investigar como o tratamento dado ao ensino das normalizações da ABNT para trabalhos acadêmicos estaria lidando com temas da ética em pesquisa como o plágio.

Outro motivo que nos levou a acrescentar questões sobre esses temas e recortes temáticos associados à investigação que realizamos foi o fato de considerarmos que o (re)conhecimento e o uso de normalizações como as que já citamos, associados à uma formação ética para a pesquisa e para a divulgação do conhecimento, podem contribuir para a formação integral do alunado da Rede de EPT de que tratam estudiosos como Ciavatta (2005, p. 2).

Formação esta que pressupõe a adoção de práticas educativas e o desenvolvimento de ações pedagógicas que “abarcem o uso ético e responsável da informação, as noções básicas de propriedade intelectual que compreendam direito de autor e direitos conexos” (Alves, 2016, p. 62), de maneira que se alinhem a formação integral, os direitos e deveres a serem adotados por todos os cidadãos éticos.

### 3 PERCUSO METODOLÓGICO

A investigação que deu origem ao presente texto desenvolveu uma trajetória metodológica a partir de uma pesquisa de abordagem qualitativa, se valendo de um estudo de caso que recorreu, inicialmente, a uma investigação bibliográfica e documental para, posteriormente, realizar uma pesquisa de campo que empregou como instrumento de coleta de dados um questionário *on-line*.

O local de realização da pesquisa de campo foi o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), no seu campus localizado no município polo da região Centro-Oeste do Estado de Minas Gerais, a cidade de Divinópolis, esta unidade do CEFET-MG oferta à comunidade local região os cursos técnicos integrados de nível médio de Mecatrônica, Informática, Produção de Moda, oferecidos durante o dia; e os cursos técnicos noturnos Eletromecânica e Informática para Internet, na modalidade subsequente/concomitante externa.

A essa oferta se somam ainda os Cursos de Bacharelado em Design de Moda, Engenharia Mecatrônica e Engenharia de Computação, alguns cursos de Especialização *latu sensu* e um curso de mestrado profissionalizante vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT.

Tendo por consideração as orientações normativas do programa de pós-graduação no âmbito do qual a investigação em causa foi realizada de que dever-se-ia priorizar, como *locus* de pesquisa, a Educação Profissional e Tecnológica, foram selecionados, como sujeitos da pesquisa que deu origem a este texto os discentes cursando a série do 3º ano, ou seja, alunos concluintes do Ensino Médio Integrado (EMI), nos cursos Técnicos em Informática e Produção de Moda, formações daquela instituição que têm como exigência, para integralização do curso, a elaboração, execução e defesa de um Trabalho de Conclusão de Curso.

Dos 69 discentes matriculados em ambos os cursos, obtivemos 29 respostas do instrumento de coleta aplicado. Cabe explicar que o número de retornos foi altamente influenciado pelo momento de aplicação do instrumento de coleta de dados, o qual coincidiu, sem possibilidade de adiamento devido ao curto prazo para finalização da coleta, com o final do semestre letivo das duas turmas. Destacamos aqui que, parte dos investigados como sendo menores de idade, e que embora muitos dos discentes retornaram com o Termo de Assentimento Livre e Esclarecimento (TALE), assinados pelos alunos menores de 18 anos, não foi possível aplicar o questionário pela falta do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) do Responsável, assinado.

Para a análise de dados, foram adotados procedimentos associados ao emprego a escala de verificação de Likert para as questões fechadas e a análise de conteúdo (Bardin, 1977), para abertas. Nestes termos, visando uma melhor organização da apresentação dos resultados na dissertação a que nos referimos, optamos por dividir a exposição desta parte em duas seções: uma primeira em que abordou o nível de conhecimento dos discentes sobre as normas da ABNT; e uma segunda dedicada à análise das questões do instrumento de coleta de dados que tratavam das percepções dos discentes sobre a importância das normas para uso e aplicabilidade nos trabalhos acadêmicos. São os dados dessa segunda parte que utilizamos para a discussão feita no próximo tópico.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente, como mencionado no tópico anterior, foi realizada uma análise documental dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) tanto do Técnico Integrado em Informática quanto do Técnico Integrado em Produção de Moda, para identificar possíveis menções a momentos em que os discentes teriam contato com as normas técnicas de informação e documentação da ABNT de que tratamos; indicação de metodologias que os docentes utilizariam para este fim e os termos das ementas e programas disciplinares que apontassem o uso e/ou aplicação das normas da ABNT do nosso interesse.

Nesse contexto, verificamos que ambos os projetos possuíam termos relacionados a Normalização, como: “trabalhos acadêmicos”; “plano global dos textos acadêmicos e suas partes”; “Como fazer referência bibliográfica”; “Como fazer citações” (CEFET-MG, 2016a, p. 46). Na descrição dos interesses da disciplina “Projeto Interdisciplinar”, do curso de Informática, por exemplo, havia uma menção explícita, em um dos seus objetivos, ao interesse de levar o aluno “aprender a normalizar trabalhos técnicos e científicos, desenvolver projetos, relatórios e apresentações” (CEFET-MG, 2016a p. 191).

No PPC do curso Produção de Moda, encontramos descrição da disciplina “Projeto Prático em Moda (PPM)”, que, em um dos seus objetivos, afirmava ser uma das finalidades da matéria “sintetizar os conhecimentos adquiridos pelos alunos no decorrer do curso, através de projeto que reunirá todos os conhecimentos básicos de processos produtivos e conceituados” (CEFET-MG, 2016b, p. 164). E, define também, que os trabalhos elaborados serão apresentados e avaliados por uma banca examinadora.

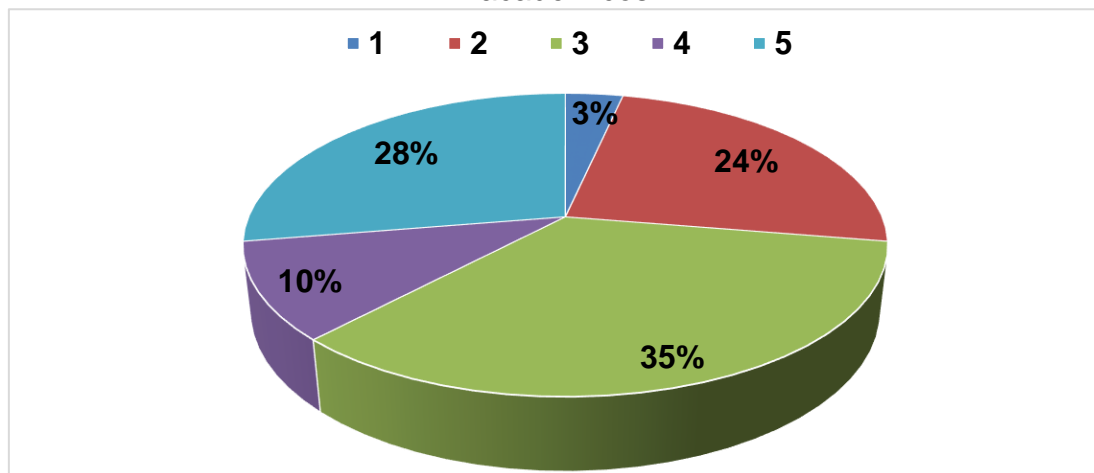
Esses dados da pesquisa documental indicaram, portanto, que, do ponto de vista regulatório, os cursos em análise estavam em conformidade com a Resolução Conselho Nacional de Educação (CNE), de nº 1, de 5 de janeiro de 2021, veiculando um discurso que apontava que os discentes, teriam, durante sua formação, contato com as normas técnicas ou a elas seriam direcionados. Isso, como se verá mais adiante, foi confirmado pelos alunos, ainda que com as ressalvas de que trataremos mais à frente.

Os PPCs, porém, talvez por sua natureza mais descritiva e sintética, não citavam práticas ou ações pedagógicas sugeridas aos docentes no trato com o ensino das normalizações. Logo, ainda que, que os respondentes tenham confirmado que os professores recomendavam e, em muitas vezes, exigiam, o emprego das normalizações da ABNT de que tratamos neste artigo, as formas de disponibilizá-las e/ou de ensinar sobre ainda são dados que ficaram por serem identificados, compilados e analisados em etapas da investigação sequentes a esta que já concluímos ou por trabalhos a serem desenvolvidos por outros pesquisadores.

Assim, nós mesmos ou outros pesquisadores que se interessem pela continuidade deste trabalho, deveremos, em versões futuras da investigação, incluir, na parte documental, os planos de ensino e planos didáticos elaborados pelos docentes, nos quais discriminam seus recortes temáticos da ementa e detalham suas abordagens e práticas pedagógicas adotadas.

Tratando das respostas fornecidas pelos sujeitos quanto à avaliação dos graus de importância que os discentes atribuem ao (re)conhecimento e emprego das normalizações para trabalhos acadêmicos, temos o Gráfico 1, apresentado a seguir.

**Gráfico 1:** Grau de importância das NBR na apresentação dos trabalhos acadêmicos



Fonte: Autoria própria (2023).

No que se refere a importância da aplicação das normalizações para apresentação dos trabalhos acadêmicos, como se vê acima, 35% dos alunos, optaram pelo nível 3, considerado nível médio, sendo que 28% dos alunos marcaram nível 5, considerado alto, 10% nível 4. Assim, somando os níveis 3, 4 e 5 temos um total de 73% dos inquiridos reconhecendo a importância da aplicação das normalizações para apresentação dos trabalhos acadêmicos.

Esses últimos dados mostram-se bem positivos quando associados à nossa proposição de pensar as normalizações e o seu uso proficiente como estratégia para formar os futuros pesquisadores e trabalhadores a partir de parâmetros mais alinhados com o emprego da ética no campo da pesquisa.

Ainda que a amostra de respondentes da nossa pesquisa seja limitada, esses resultados servem, no mínimo, para estimular a ampliação do escopo da investigação, com vistas a verificar, em trabalhos futuros, se essa posição aqui identificada seria ou não confirmada por dados coletados em outras escolas da EPT, em escala maior. Esses dados permitem, ainda, alimentar a hipótese levantada por Santos e Sampaio (2014, p.162), para quem “a importância da normalização nos trabalhos deve ser observada não somente pelos profissionais que lidam com ela, mas também por toda a comunidade acadêmica”.

Esse interesse, indicado pelos números apresentados acima, de que os jovens estudantes da EPTNM podem possuir uma abertura para a adoção de práticas éticas mais regulares no que se refere à pesquisa e à produção do conhecimento por meio da aplicação das normalizações da ABNT corrobora, ainda, com posições como as defendidas por Santos e Bezerra (2022), em recente trabalho sobre letramento informacional que se aproxima da temática aqui explorada. Para esses autores,

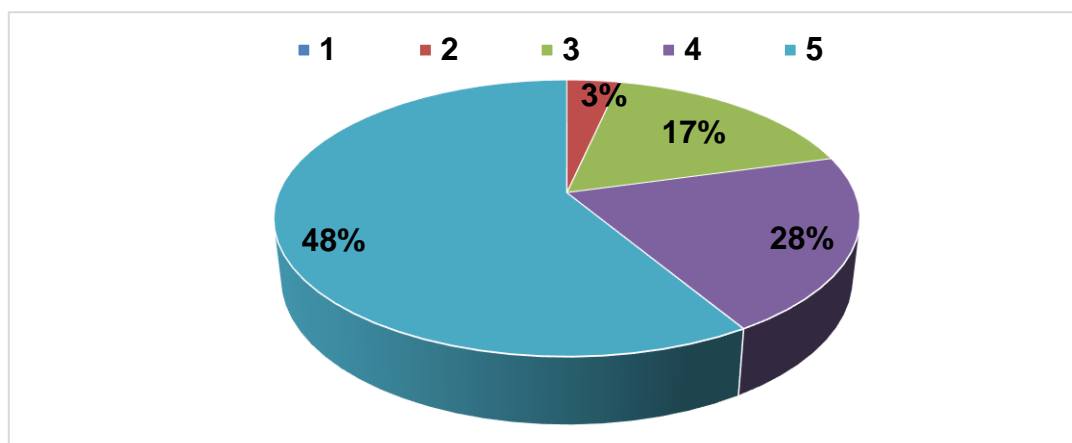


a disseminação da informação que colabora para os caminhos da pesquisa é imprescindível para o ensino e aprendizagem. Além disso, é válido fortalecer a pesquisa e mostrar os passos para concretizá-la com o uso da padronização, que possa contribuir na recuperação da informação, além de construção dos textos (Santos; Bezerra, 2022, p. 412).

Quando associamos a ausência de práticas educativas docentes que didatizem o ensino das normalizações com os dados obtidos com alunos citados acima, não temos como discordar de Santos e Bezerra (2022), que concluem, com seu recente estudo, que “É importante, didaticamente, criar condições para que os discentes possam evoluir por meio da pesquisa, enquanto prática educativa” (Santos; Bezerra, 2022, p. 412).

O instrumento de coleta de dados aplicado aos nossos sujeitos de pesquisa buscou apreender, ainda, como era a percepção dos estudantes de EPTNM dos cursos analisados sobre o grau de importância das NBR para garantia dos direitos autorais e para evitar o plágio, o que gerou o Gráfico 2:

**Gráfico 2:** Grau de importância das NBR para os direitos autorais e evitar o plágio



Fonte: Autoria própria (2023).

Como se vê acima, obtivemos 48% para o nível 5, 28% para o nível 4 que são considerados níveis altos. 3% para o nível 2 e 17% para o nível 3. Somando os valores dos níveis 4 e 5, temos um total de 76%, ou seja, a maioria aponta como sendo importante e muito importante as NBR para os direitos autorais e evitar o plágio. As motivações para tanto estão associadas a justificativas já indicadas na resposta de outra questão acima, passando pela consolidação do grau de confiabilidade e de boa qualidade de fundamentação dos trabalhos que aplicam, com proficiências, as normalizações por nós estudadas.

Assim, foi possível observar que, de acordo com as respostas obtidas, os sujeitos de pesquisa indicam possuir uma percepção apurada sobre direitos autorais e sobre formas de evitar o plágio, fazendo associações sobre como o uso das

normas da ABNT pode contribuir para práticas éticas em pesquisa quanto a isso. Ainda que não tenhamos perguntado diretamente ao alunado sobre a origem desse reconhecimento e dessa associação, respostas a outras questões nos levaram à construção da hipótese de que a utilização constante da *internet* terminaria por colocar o estudante a par desse debate.

Logo, trabalhos futuros poderão, também, se interessar pela verificação dessa hipótese, bem como talvez queiram buscar saber, por meio de uma pesquisa documental, em que estágio se encontra o debate sobre o plágio nas ementas de disciplinas e nos planos didático e de ensino dos professores, quando estes selecionam seus recortes temáticos feitos na abordagem dos conteúdos.

Ainda sobre a questão do plágio, no capítulo IV, do art. 46 Art. 46, da Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que trata sobre os direitos autorais, conhecida também como a Lei contra o Plágio, diz o seguinte: “[...] III – a citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de passagem de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir, indicando-se o nome do autor e a origem da obra” (Brasil, 1998).

Relacionando esse capítulo da lei às NBR 10.520/2023 e 6023/2018, que tratam, respectivamente, das Citações e Referências em documento, é possível afirmar que, as NBR da ABNT, enquanto uma trata das palavras ou das ideias do autor original e como colocar no texto do documento, a outra mostra como elaborar, de forma padronizada, o nome do autor e obra original na lista de referências (Santos; Sampaio, 2014). Estando em consonância com a lei, de maneira que, “o reconhecimento das questões que envolvam a importância da honestidade acadêmica e dos problemas do plágio acadêmico, considerando também valor dos atos de citar e referenciar corretamente” (Alves, 2016, p.62).

Os resultados obtidos na nossa investigação se alinham, portanto, com os dizeres acima, apontando para uma necessidade que os estudos mais recentes sobre ética em pesquisa vêm trabalhando com mais propriedade: a urgência de se formarem professores para a superação de mais um desafio imposto pelos nossos tempos.

O desafio de que tratamos é o de docentes incorporarem, no seu agir pedagógico, práticas educativas que permitam o (re)conhecimento e aplicação das normas de ABNT para trabalhos acadêmicos como meio de formar jovens alinhados com práticas de pesquisa e divulgação do conhecimento que sejam éticas. Nesse sentido, vozes de pesquisadores advindos da Universidade do Estado de Minas Gerais e da Universidade Federal de Minas Gerais, em recentíssimo artigo sobre o tema em tela cuja leitura é incontornável, nos auxiliam a concluir a discussão por nós aqui proposta com um convite que consideramos irrecusável:

É necessário enfatizar que o combate ao plágio não deve ser encarado apenas como uma questão de punição. É fundamental que os educadores assumam um papel de mentoria e ofereçam suporte aos alunos, ajudando-os a compreender a importância de uma vida acadêmica íntegra e a desenvolver habilidades de pesquisa e produção de texto. Dessa forma, estarão contribuindo para a formação dos estudantes como cidadãos mais conscientes e

capazes de contribuir positivamente para a sociedade (Almeida *et. al*, 2024, p.11).

E concluem:

Ao encarar o plágio como um problema que vai além da mera ação de copiar e colar, mas que envolve a formação de valores e habilidades essenciais para a vida em sociedade, estaremos dando passos importantes para a construção de uma educação mais justa, ética e qualificada (Almeida *et. al*, 2024, p.11).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto, como se viu, utilizou uma parcela dos dados coletados em uma investigação realizada no âmbito do PPG-PROFEPT CEFET-MG para fazer considerações acerca da importância e o domínio proficiente das normas da ABNT para trabalhos acadêmicos pode estar a serviço da formação de jovens alinhados com práticas éticas de pesquisa neste século XXI.

Ainda que seja um tema em evidência nos estudos sobre a pesquisa em universo acadêmico universitário, a ética em pesquisa nos anos finais da educação básica, ou seja, no ensino médio, ainda conta com raras contribuições de pesquisadores, com as quais buscamos dialogar ao longo das reflexões aqui apresentadas. Nas escolas de ensino médio não profissionalizantes, nas quais a adoção da prática da pesquisa e da iniciação científica, no Brasil, ainda não são uma cultura estabelecida, essa discussão ainda não chegou, pela falta de demanda. Esse cenário tende a ser modificado, nos próximos anos, se for bem-sucedida a implementação do chamado novo ensino médio, no qual a divisão por eixos promete dedicar parte considerável da educação formal dos jovens à Investigação Científica.

Nesse sentido, a expectativa é desenvolver a capacidade dos estudantes de pesquisar, investigar a realidade e gerar conhecimentos por meio da realização de práticas e produções científicas relativas a uma ou mais áreas do conhecimento, à Formação Técnica e Profissional ou a temáticas de seu interesse (Brasil, 2018).

Nas escolas de EPT que compõe a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, os cursos de EPTNM que compõem a oferta de nível médio, por serem ancorados nos princípios do tripé universitário do ensino, da pesquisa e da extensão, o maior contato do jovem com a pesquisa é uma realidade, ainda que seja necessário, como buscamos destacar ao longo da discussão que propusemos, aprofundar estudos sobre diversas nuances dessa presença. Entre essas demandas, os dados da investigação que deu origem ao presente texto forneceram pistas de que discussões acerca da ética em pesquisa requerem a realização de investigações mais apuradas, feitas em profundidade.

No que tange ao recorte de dados por nós apresentado e discutido, notamos a abertura dos jovens da EPTNM que ouvimos para a entrada, ao longo de sua formação, de práticas educativas que não só contribuam para dar conhecimento e propriedade ao uso das normalizações da ABNT para trabalhos acadêmicos, como

também para associar esse uso a formas de combate a ações antiéticas em pesquisa como é o caso do plágio e da consequente atribuição da autoria partilhada na produção e na divulgação do conhecimento.

Nossa amostra de sujeitos e as limitações do nosso trabalho investigativo inicial não permitem quaisquer tipos de generalizações de resultados ou de propostas quanto às demandas sobre as quais buscamos refletir. No entanto, por ser a EPTNM um universo ainda pouco estudado no que tange a adoção de práticas educativas que fomentem a ética em pesquisa, consideramos a partilha das reflexões iniciais aqui apresentadas justa e necessária, uma vez que mesmo o reconhecimento de suas limitações ou equívocos, por parte de novos estudos, estará a serviço da produção de um conhecimento científico de qualidade sobre o recorte que fizemos.

Este texto, ainda que não tenha sido elaborado com essa pretensão, apresenta resultados e discussões que dão pistas de como as escolas de nível médio podem agir para promoção de uma formação dos seus estudantes alinhada com práticas éticas no campo da produção, registro e divulgação do conhecimento.

Nesse sentido, o passo inicial, nos parece, é inserir uma abordagem pedagógica de qualidade sobre as normas das ABNT relativas ao trabalho acadêmico também no âmbito da Educação Básica. Para isso, um possível passo dois é a realização de uma sólida formação de professores para este fim, com constantes atualizações, inclusive orientando sobre a questão da autoria científica em tempos de utilização de ferramentas à base inteligência artificial.

O uso de *templates* de escrita e de apresentação oral, são, por exemplo, ações que podem surgir no âmbito desta demanda, ao qual a escola básica deve associar um sólido combate à cópia como comportamento “natural” da construção de respostas a deveres de casa, por exemplo. Outras ações mais robustas, como a construção de itinerários formativos do novo ensino médio que se centrem no (re)conhecimento, apropriação e aplicação prática das normas da ABNT também se vislumbram, ainda que deem um pouco mais trabalho para sua montagem e para a necessária adesão do alunado.

Especificamente sobre o combate ao plágio, soluções mais comuns como oficinas, palestras sobre o assunto, o uso de jogos e atividades lúdicas, também favorecem o aprendizado nessa temática, pois as instituições “devem exercer um importante papel nas discussões, abordando temas na realidade de suas unidades de informação e reforçando ações, sobre integridade e honestidade acadêmica e sobre o plágio, delimitando suas implicações ético-legais e seu combate” (Alves, 2016, p. 62).

Salientamos, por fim, que, lugar da ética e da normalização dos trabalhos acadêmicos está presente nas instituições formadoras dos trabalhadores e cientistas do futuro que, por meio do exemplo, fortalecendo, como demonstraram os dados que analisamos, o olhar crítico da juventude para esse tema urgente e necessário na formação dos jovens que é a ética na pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Paula Menezes. **Competência informacional e o uso ético da informação na produção científica**: o papel do bibliotecário na produção intelectual no ambiente acadêmico. 2016. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília, 2016.

ALMEIDA, Christiane Miranda Butthers; ROSALIA, Adenilson Antonio de Paula; RODRIGUES, Arthur Schitine Siqueira; FERREIRA, Ígor Braga. A prática do plágio nas atividades escolares: um diálogo necessário entre universidade e escolas da educação básica. **Revista Práticas em Extensão**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 1-12, 2024. DOI: <https://doi.org/10.18817/rpe.v8i1.3464> Disponível em: <https://ppg.revistas.uema.br/index.php/praticasemextensao/article/view/3464/2473> Acesso em: 7 set. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Sobre a normalização**. 2024. Disponível em: <https://abnt.org.br/normalizacao/sobre-a-normalizacao/> Acesso em: 30 ago. 2024.

BARDIN, Laurecen. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7684991/mod\\_resource/content/1/BARDIN\\_\\_L.\\_1977.\\_Analise\\_de\\_conteudo.\\_Lisboa\\_\\_edicoes\\_\\_70\\_\\_225.20191102-5693-11evk0e-with-cover-page-v2.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7684991/mod_resource/content/1/BARDIN__L._1977._Analise_de_conteudo._Lisboa__edicoes__70__225.20191102-5693-11evk0e-with-cover-page-v2.pdf) Acesso em: 7 set. 2024.

BRASIL. **Lei 9.610, de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9610.html](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9610.html) Acesso em: 11 jan. 2023.

BRASIL. **Lei 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm) Acesso em: 11 jan. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno. **Resolução n.1, de 5 Janeiro de 2021**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578> Acesso em: 6 set. 2024.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Projeto pedagógico para reestrutura do Curso Técnico em Informática**. Divinópolis, MG: CEFET-MG, 2016a. Disponível em: [https://www.digddv.cefetmg.br/wp-content/uploads/sites/52/2019/04/PPC\\_Informatica\\_Div\\_2016.pdf](https://www.digddv.cefetmg.br/wp-content/uploads/sites/52/2019/04/PPC_Informatica_Div_2016.pdf) Acesso em: 19 maio 2023.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Projeto pedagógico para reestrutura do Curso Técnico em Produção de Moda.**

Divinópolis, MG: CEFET-MG, 2016b. Disponível em:

<https://www.digddv.cefetmg.br/wp-content/uploads/sites/52/2019/05/PPC-Prod.-Moda-INTEGRADO.pdf> Acesso em: 19 maio 2023.

Clavatta, Maria. A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 6 dez. 2005.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.3i3.p6122> Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087> Acesso em: 19 maio 2023.

Crespo, Isabel Merlo; Rodrigues, Ana Vera Finardi. Normas técnicas e comunicação científica: enfoque no meio acadêmico. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 9, n. 2, p. 36–55, 2011. DOI: 10.20396/rdbci.v9i1.1918. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1918> Acesso em: 12 jul. 2024.

Melo, Ana Cristina Azevedo Ursulino; Moura, Eliene Maria Vieira de; Nascimento, Isabela da Rocha; Silva, Islândia Castro Teixeira da; Santos, Kleber Lima dos; Mesquita, Margareth de Figueiredo Nogueira; Aquino, Mônica Correia; Santos, Raimundo Nonato Ribeiro dos; Rodrigues, Vanessa Pimenta. **A normalização de trabalhos acadêmicos na Universidade Federal do Ceará.**

Repositório FEBAB. 2012. Disponível

em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/5994> Acesso em: 23 abr. 2023.

Oliviera, Samara Sabino de; Tsukada, Emerson Texeira; Carriello, Giovanni Miraveti; Fortti, Cinthia Gouvea Araújo; Oliveira, Victoria Thereza de; Mafeis, Mirelle Toti; Pegoraro, Guilherme Manassés; Silva, Marcela Sétte da; Santos Junior, João Batista dos. Plágio na educação básica: um estudo sobre as respostas plagiadas de alunos do ensino médio durante o ensino remoto da pandemia de covid-19. **Disciplinarum Scientia | Ciências Humanas**, Santa Maria (RS, Brasil), v. 24, n. 1, p. 1–20, 2023. DOI: 10.37780/ch.v24i1.4156. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumCH/article/view/4156>. Acesso em: 28 ago. 2024.

Peres, F. A literacia em saúde no ChatGPT: explorando o potencial de uso de inteligência artificial para a elaboração de textos acadêmicos. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. 2024, vol. 29, no. 1, e02412023. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/1413-81232024291.02412023>. Acesso em: 04 ago. 2024.

Santos, Dayse Alves dos; Bezerra, Diôgo Pereira. Letramento informacional no ensino médio integrado à educação profissional e tecnológica. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas, [S. l.]**, v. 23, n. 3, p. 407–413, 2022. DOI:

10.17921/2447-8733.2022v23n3p407-413. Disponível em:

<https://revistaensinoeducacao.pgsscogna.com.br/ensino/article/view/9423>. Acesso em: 14 set. 2024.

SANTOS, Elisabete Amaral; SILVA, Gutemberg Gomes. Revolucionando a escrita acadêmica com inteligência artificial: uma exploração das ferramentas de reescrita. **Cadernos da FUCAMP**, v. 29, 2024. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/3433> Acesso em: 7 set. 2024.

SANTOS, Mara Roxanne de Souza; SAMPAIO, Denise Braga. Normalização na prática: um breve relato sobre normalização e a experiência do grupo Normalizadores. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 151-165, 2014. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v5i1p151-165. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/64890>. Acesso em: 3 maio 2021.

SPERANDIO, Daniele Spadotto. Normalização de trabalhos acadêmicos: da teoria à prática. **Biblionline**, João Pessoa, v. 15, n. 3, p. 68-77, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/48098/29370> Acesso em: 18 maio 2024.